



01/2015

EDITORIAL

Prezados leitores,

Com o objetivo de informar e atualizar membros e servidores do Ministério Público e profissionais da área de educação, estamos apresentando a primeira edição de 2015 do Informativo do CEDUC - Centro de Apoio Operacional de Defesa da Educação, do Ministério Público do Estado da Bahia.

Serão divulgadas notícias sobre os trabalhos, campanhas e projetos coordenados pelo CEDUC, além de eventos e informes referentes à Educação.

Desejamos uma boa leitura!

Com os nossos cumprimentos,

**Maria Pilar Cerqueira Maquieira Menezes**

Promotora de Justiça

Coordenadora do CEDUC

Equipe Técnica:

Elizabeth Alves Silva – Redatora/Compiladora

Maria Pilar Cerqueira Maquieira Menezes – Redatora/Revisora

## ÍNDICE

## NOTÍCIAS

**1. NOTÍCIAS MINISTÉRIO PÚBLICO E EDUCAÇÃO**

- PGJ PRESTIGIA LANÇAMENTO DO PROGRAMA “EDUCAR PARA TRANSFORMAR”.....3
- O DIÁLOGO COM O MINISTÉRIO PÚBLICO .....4
- GRUPO NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS ENCERRA PRIMEIRA REUNIÃO DE 2015.....6
- CEDUC ORIENTA PROMOTORES DE JUSTIÇA A FOMENTAREM ELABORAÇÃO DOS PLANOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO.....8
- SÃO JOSÉ DO JACUÍPE SE COMPROMETE COM MP A IMPLANTAR EDUCAÇÃO ESPECIAL.....9

**2. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DA BAHIA**

- ESCOLAS DA REDE ESTADUAL DESENVOLVEM PROJETOS PARA USO CONSCIENTE DA ÁGUA.....10
- PROJETO “PLANTANDO A PAZ” CONTRIBUI PARA O DESENVOLVIMENTO DOS ALUNOS EM SALA DE AULA.....11
- ESTUDANTES DA REDE ESTADUAL SÃO FINALISTAS NA 13ª FEIRA BRASILEIRA DE CIÊNCIA E ENGENHARIA.....13

**3. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO – MEC**

- MATRÍCULAS EM EDUCAÇÃO INTEGRAL APRESENTAM CRESCIMENTO DE 41,2%.....14

**4. FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO - FNDE**

- FNDE PROMOVE CAPACITAÇÃO SOBRE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR.....16

## LEIS, DECRETOS E DECISÕES DE TRIBUNAIS

- STJ JULGOU PREJUDICADO O RECURSO ESPECIAL DO MPF QUE ADMITIA O ACESSO DE CRIANÇAS MENORES DE 6 ANOS AO ENSINO FUNDAMENTAL.....17

## PGJ prestigia lançamento do programa “Educar para Transformar”

**30/03/2015**

O procurador-geral de Justiça Márcio Fahel prestigiou hoje, dia 30, o lançamento do programa desenvolvido pelo Governo do Estado para promover a melhoria da qualidade da educação na Bahia, o 'Educar para Transformar – um pacto pela educação'.



O objetivo do programa é congregiar o Estado, municípios, educadores, estudantes, as famílias, universidades, empresas e organizações sociais numa rede de fortalecimento da educação pública. “Um processo de mobilização importante que poderá transformar a educação e a realidade de muitos baianos”, registrou o governador Rui Costa durante o evento realizado no auditório do campus integrado do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai/Cimatec). Também compuseram a mesa solene o presidente da Assembleia Legislativa, deputado Marcelo Nilo; o prefeito de Salvador, ACM Neto; a desembargadora Gardênia Duarte, representando o Tribunal de Justiça; a senadora Lídice da Mata, secretários de Estado, reitores das Universidades Federal da Bahia (Ufba), do Recôncavo (UFRB), do Sul da Bahia (UFSB) e do Oeste da Bahia (Ufob), do Instituto Federal da Bahia (Ifba), das universidades estaduais, diretores de associações de classe e a presidente da União dos Municípios da Bahia (UPB), Maria Quitéria, representando os diversos prefeitos presentes.

Uma das metas destaque do programa é garantir a alfabetização de todas as crianças baianas até os oito anos de idade. Segundo dados do Ministério da Educação (MEC), 42% das crianças que estão no 3º ano do ensino fundamental não têm domínio da leitura e 48% delas não têm domínio da escrita. Isso, informou o secretário de Educação Osvaldo

Barreto, em um universo de 245.584 crianças que têm até oito anos de idade.



Outro fato a ser observado é que 15% das crianças com até 10 anos de idade são reprovadas ou abandonam a escola nos anos iniciais da educação. Esse percentual sobe para 25,4% no final do ensino fundamental, indica o MEC. Também participaram do evento de lançamento do programa os promotores de Justiça do Centro de Apoio de Defesa da Educação (Cesau), Maria Pilar Menezes (coordenadora) e José Vicente Lima; a coordenadora do Centro de Apoio Operacional da Criança e do Adolescente (Caoca), procuradora de Justiça Márcia Guedes; e o coordenador do Centro de Apoio Operacional dos Direitos Humanos (CAODH), promotor de Justiça Clodoaldo Anunciação.

Redatora: Maiama Cardoso MTb/BA - 2335

Fotos: Humberto Filho / Cecom-MPBA

### **O diálogo com o Ministério Público**

**06/03/2015**

No dia 05 de março houve o Encontro da Comissão Permanente de Educação (COPEDEC) do Grupo Nacional de Direitos Humanos (GNDH) do Conselho Nacional de Procuradores-Gerais do Ministério Público Brasileiro, onde o Secretário Binho Marques e a Diretora Flávia Nogueira, da SASE, participaram. A reunião, dirigida pela Coordenadora-Geral Bianca Mota de Moraes, Promotora de Justiça do Ministério Público do Rio de

Janeiro, aconteceu em Salvador, com apoio do Ministério Público do Estado da Bahia. Foi uma das participações mais importantes da SASE nesta reta final de prazo para a elaboração ou adequação dos planos subnacionais de educação ao PNE. Representou uma oportunidade ímpar não só para divulgar todo o esforço de assistência técnica que a SASE tem realizado em conjunto com as Secretarias de Estado de Educação e com as representações estaduais da UNDIME, mas também para conhecer a maneira como os membros da Comissão trabalham.

A COPEDUC congrega membros dos Ministérios Públicos de todos os Estados bem como da União, e sua atuação visa contribuir para a concretização do direito fundamental à educação de qualidade. No momento, cumprindo seu planejamento de trabalho, a COPEDUC está se dedicando a acompanhar em cada Unidade da Federação, o ritmo e a forma de trabalho dos entes federativos no processo de elaboração ou adequação de seus planos, no prazo definido pela Lei 13.005/2014 (Lei do PNE). O objetivo é somar esforços ao trabalho que vem sendo feito em todo país no sentido de estimular o cumprimento da Lei, fazendo com que Estados e Municípios, com apoio supletivo do MEC, se organizem para ampliar o acesso e a qualidade da educação oferecida no Brasil, com especial atenção à educação infantil.

A Diretora Flávia Nogueira fez uma apresentação a respeito dos instrumentos e estratégias pactuadas entre MEC, UNDIME, CONSED, UNCME, FNCE e CNE para a ação de assistência técnica, demonstrando o potencial de uso livre do Portal ["Planejando a Próxima Década"](#) e divulgando a forma de organização da rede de apoio em todo o Brasil. Para esse dia de diálogo foi também convidada a Professora Gilvânia do Nascimento, Presidente Nacional da UNCME, que destacou em sua fala os desafios enfrentados para o fortalecimento dos Conselhos Estaduais e seu papel indispensável no processo de elaboração ou adequação dos planos municipais.

Segundo o Ministério da Educação, Estados e municípios devem criar e aprovar seus planos de educação até 24 de junho, como estabelecido no Plano Nacional de Educação (PNE). Para que os entes consigam cumprir o prazo, o Ministério da Educação colocou à disposição dos gestores municipais e estaduais uma estrutura de assistência técnica. As orientações estão disponíveis na página do PNE, com roteiro completo, da construção à aprovação dos planos.

Os planos estaduais e municipais de educação devem conter diretrizes e metas a serem alcançadas até 2024, mesma vigência do plano nacional. Vale lembrar que o apoio suplementar que o Ministério da Educação oferece aos municípios e estados levará os planos em conta. “O MEC está ajustando programas, que devem priorizar entes federativos com metas bem definidas e com maior dificuldade técnica e financeira”, explica o secretário Binho Marques.

O Plano Nacional de Educação 2014-2024 foi instituído pela Lei 13.005/2014 e tem 20 metas que, ao todo, são amparadas por mais de 250 estratégias. Para que o PNE se concretize como política de Estado integrada e colaborativa, os planos de educação do Distrito Federal, dos estados e dos municípios precisam estar alinhados a ele. Marques enfatiza que se os planos estiverem em consonância, os recursos serão otimizados e a nação avançará na ampliação do acesso e na qualidade da educação básica e superior.

Fonte: Ministério da Educação – MEC

## Grupo Nacional de Direitos Humanos – GNDH - encerra primeira reunião de 2015

06/03/2015



O Grupo Nacional de Direitos Humanos (GNDH), do Conselho Nacional de Procuradores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União (CNPGE), encerrou na tarde de hoje, dia 6, as atividades de sua primeira reunião ordinária em 2015, realizada desde a última quarta-feira, 4, em Salvador. Na plenária de encerramento, realizada no auditório da sede do MPBA no CAB, promotores e procuradores de Justiça discutiram as informações e projetos de enunciados apresentados pelos coordenadores das sete comissões do GNDH: COPEDS (Comissão Permanente de Defesa da Saúde); COPEDPDI (Comissão Permanente de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência e do Idoso); COPEIJ (Comissão Permanente da Infância e da Juventude); COPEDH (Comissão Permanente dos Direitos Humanos em Sentido Estrito); COPEVID (Comissão Permanente de Combate à Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher); COPELUC (Comissão Permanente de Educação); e COPEMA (Comissão Permanente do Meio Ambiente, Habitação, Urbanismo e Patrimônio Cultural). Todos os projetos de enunciados apresentados na plenária foram aprovados. Eles agora serão submetidos ao CNPG e, uma vez acatados, serão encaminhados como enunciados aos promotores de Justiça de todo o Brasil, com orientações para a atuação dos membros. A plenária de encerramento foi coordenada pelo presidente do GNDH, Lio Marcos Marin, acompanhado na mesa pelos coordenadores das sete comissões; do procurador-geral de Justiça da Bahia e vice-presidente do Grupo, Márcio Fahel; e do conselheiro do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) Jarbas Soares Júnior. Em breve fala de introdução à reunião, Lio Marin e o conselheiro agradeceram ao PGJ pela recepção do MPBA. Lio Marin anunciou que esta foi sua última reunião como presidente do GNDH e destacou o trabalho realizado pelo Grupo durante os últimos dois dias. Já o conselheiro parabenizou o GNDH e afirmou a importância de “sermos inteligentes para construirmos juntos com o



CNMP um projeto nacional”. Márcio Fahel agradeceu aos presentes e as palavras dirigidas a ele e estendeu os agradecimentos à equipe de membros e servidores do MP da Bahia que se envolveu na organização do evento.

Fotos: Karol Melo / Cecom-Imprensa  
Cecom/MP

## Ceduc orienta promotores de Justiça a fomentarem elaboração dos planos municipais de educação

O Centro de Apoio Operacional de Defesa da Educação (Ceduc) encaminhou ofício aos promotores de Justiça de todo o estado, solicitando que eles fomentem e acompanhem a elaboração dos planos municipais de educação. Segundo a promotora de Justiça Maria Pilar Menezes, que coordena o Ceduc, os municípios devem elaborar ou adequar os seus planos, em conformidade com os planos Nacional e Estadual de Educação, até o dia 26 de junho de 2015. Até o momento, destacou ela, apenas 15 municípios baianos contam com planos já construídos e leis sancionadas.

No documento encaminhado aos integrantes do Ministério Público estadual, o Ceduc ressalta que a competência para elaborar ou adequar o plano de educação é do Poder Executivo Municipal, representado pelas secretarias da Educação, Fazenda e Planejamento. O MP deverá fiscalizar o processo e garantir a participação democrática dos conselhos, profissionais de educação, educandos e seus familiares e de sindicatos, acompanhando ainda a tramitação e a consequente aprovação do plano junto ao Poder Legislativo. Isso, assinala Maria Pilar, dada a importância dos planos municipais para estabelecer políticas, diretrizes, objetivos e metas educacionais para o Município em um período de dez anos. De acordo com ela, a promoção de medidas extrajudiciais ou judiciais para implantação do Plano Municipal de Educação em 100% dos municípios baianos é uma das iniciativas estratégicas previstas na estratégia de garantir a oferta e o acesso à educação infantil, aos ensinos fundamental e médio e à educação especial em todo o estado da Bahia, que integra o Plano Estratégico do MP 2011-2023. A ação também está em conformidade com o Plano Geral de Atuação 2015.

### **Plano de Ação do MP**

Com o intuito de auxiliar os promotores de Justiça baianos, o Ceduc disponibilizou ainda o “Plano de Atuação do Ministério Público – Elaboração e Acompanhamento dos Planos Estaduais e Municipais de

Educação”, que foi desenvolvido pela promotora de Justiça de Pernambuco, Eleonora Marise Rodrigues, integrante da Comissão Permanente de Educação (Copeduc) do Grupo Nacional de Direitos Humanos (GNDH). O instrumento apresenta a definição do plano de educação, apontando a importância da sua criação e implementação no estabelecimento das metas e ações voltadas à área de educação. Também indica o embasamento legal, órgãos responsáveis pela sua construção e fiscalização e as fases de elaboração até a aprovação do projeto de lei. No início deste mês de março, o secretário de Articulação com os Sistemas de Ensino do Ministério da Educação (Sase/MEC), Binho Marques, participou de evento da Copeduc e enalteceu o interesse do MP Brasileiro na implementação do Plano Nacional de Educação (PNE), destacando a importância da ação para a diminuição das desigualdades e garantia de direitos constitucionais.

Redatora: Maiama Cardoso MTb/BA - 2335

### **São José do Jacuípe se compromete com MP a implantar educação especial**

**03/03/2015**

O Município de São José do Jacuípe se comprometeu hoje, dia 2, com o Ministério Público estadual, a implantar a educação especial em escolas públicas locais. O Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta (TAC), assinado pela prefeita e pelo promotor de Justiça Luciano Valadares Garcia, estabeleceu um prazo de 30 dias, a contar de hoje, para que o Município apresente duas salas de recursos multifuncionais, estruturadas e aptas a funcionar, sendo uma localizada na sede de São José do Jacuípe e outra no distrito de Itatiaia. O TAC prevê também que o quadro de funcionários responsáveis pela educação especial seja implementado até o dia 4 de maio de 2015. Antes disso, até o dia 09 de março, o Município terá que disponibilizar professores cuidadores de alunos portadores de necessidades especiais, que são aqueles que necessitam de amparo durante todo o período em que permanecem na unidade de ensino. O descumprimento injustificado do TAC importará na adoção das medidas judiciais cabíveis, bem como no pagamento de uma multa diária de R\$ 500,00, a ser depositada no Fundo Municipal de Educação.

Redator: Gabriel Pinheiro DRT/BA 2233

## Escolas da rede estadual desenvolvem projetos para uso consciente da água

**18/03/2015**

Na semana que marca o Dia Internacional da Água, celebrado no último domingo (22/3), estudantes da rede estadual de ensino apresentam experiências desenvolvidas nas escolas que refletem atitudes sustentáveis de cuidado com a água. É o caso da aluna Edna Moutinho, 17 anos, 4º ano do curso técnico em Biocombustível do Centro Estadual de Educação Profissional em Gestão e Tecnologia da Informação Álvaro Melo Vieira, em Ilhéus. Com colegas, ela desenvolveu um protótipo para captar água da chuva.

O trabalho consiste na captação por meio de materiais naturais e recicláveis. “A água deságua no telhado, passa por uma bica de bambu, onde se dá o processo de filtragem por meio de areia, telas e pedras. Depois, é jogada nos reservatórios que, no caso, são as garrafas PET”, explica Edna Moutinho. A estudante lembra que a água de chuva não é potável devido a contaminantes do ar e, portanto, não serve para consumo humano. “Pode ser usada para serviços como lavar o quintal, a roupa e o carro”, esclarece.



Fotos: Claudinor Jr. Ascom/Educação

De acordo com a estudante, a ideia surgiu da consciência de que, sendo a água um recurso finito, não deve ser desperdiçada. “Desejo aplicar o projeto na casa da minha avó Luzia, no distrito de Rio do Engenho, porque foi lá que vivi a minha infância e sei que será uma forma de conscientizar a comunidade local sobre a importância da reutilização da água”, justifica.

Outro ecoprojeto que se destaca na rede estadual é o Uso e Reúso Racional da Água, do Centro Estadual de Educação Profissional Anísio Teixeira (Ceep), no bairro da Caixa D'Água, em Salvador. O projeto consistiu, inicialmente, no domínio do conhecimento sobre os impactos ambientais provocados pelo desperdício de água. Depois, foi realizada uma campanha para o uso correto da água e energia elétrica.

“O projeto conta com a nossa participação ativa e tem a proposta de informar e envolver a comunidade escolar. Por meio desse trabalho, fomos a campo para realizar as visitas técnicas, o que complementa o nosso aprendizado. Estamos dando um passo importante para a nossa iniciação científica”, considera a estudante-monitora Maressa Marcele, 17 anos, 4º ano do Curso de Meio Ambiente, que trabalha juntamente com os colegas Flávio Reis, 15 anos, e Ian Santana, 16 anos, ambos do 2º ano do curso.

Fonte: Secretaria de Educação da Bahia

### **Projeto “Plantando a Paz” contribui para o desenvolvimento dos alunos em sala de aula**

**04/02/2015**



Plantando para colher. É com este conceito que o professor, Wellington Pires, está revolucionando a maneira de ensinar, com o projeto “Plantando a paz”, no Colégio Estadual Dr. Luiz Rogério, em Plataforma. Seu projeto foi transformado em documentário, para o quadro “Ser Professor”, que faz parte do programa Intervalo da TV Anísio Teixeira, que converte depoimentos sobre práticas pedagógicas e iniciativas criativas de professores da Rede Estadual de Ensino, em vídeos.

O objetivo do projeto é despertar na comunidade escolar (educadores, familiares, servidores e estudantes) a importância do trabalho coletivo, empreendedor, criativo e ético. Plantando a Paz, tem como finalidade principal a construção do conhecimento para a vida. Foi criada uma horta comunitária nas dependências da Unidade Escolar, o terreno não tinha utilidade e hoje os alunos plantam sementes de variadas hortaliças, alface, coentro, cebolinha, agrião, tomate, pimenta, cebola, pimentão, quiabo.

“Hoje a escola reconquistou o respeito da comunidade, os alunos tem gosto de estarem matriculados aqui, são valorizados, tem a escola como porto seguro. Ficamos felizes em ver que deu certo a nossa proposta; e pode ser replicada em qualquer espaço escolar, basta querer”, afirmou o professor, Wellington Pires.

O resultado de todo o desempenho acadêmico dos estudantes, apoiados por professores, gestores, funcionários e comunidade comprometidos na melhoria no IDEB que subiu de 2,2 (2007) para 3,0 (2009) quando a meta a ser alcançada era de 2,8 (2009). Alguns estudantes do ensino fundamental conseguiram aprovação no Instituto Federal da Bahia (IFBA), educação voltada para o curso técnico.

O projeto busca resgatar o vínculo de compromisso com o processo de ensino e de aprendizagem, trazendo para a sala de aula os conhecimentos oriundos do senso comum e sistematizá-lo durante as aulas, além de resgatar a valorização do ser e o respeito ao próximo, dar um novo sentido ao aprendizado dos alunos. “O nosso desejo é ampliar a competência cognitiva do aluno para as práticas sociais de respeito mútuo”, ressalta Wellington.

Para o estudante Álefi Santos, do 3º ano do ensino médio, participar do projeto, agregou e expandiu de forma significativa os meus conhecimentos. “Através deste trabalho tive a oportunidade de participar

de varias palestras e da Feira de Ciências e Matemática da Bahia (Feciba)”, relatou Álefi Santos.

O Programa Intervalo- É o um programa da TV Anísio Teixeira, que tem a duração de 15 minutos, tempo do horário do intervalo escolar, por isso a escolha desse nome. O programa está disponível no Ambiente Educacional Web.

Fonte: Secretaria de Educação da Bahia

### Estudantes da rede estadual são finalistas na 13ª Feira Brasileira de Ciência e Engenharia

18/03/2015



Estudantes da rede estadual de ensino estão entre os finalistas da 13ª Feira Brasileira de Ciência e Engenharia (Febrace), que acontece desta segunda (16/3) a sexta-feira (20/3), na USP, em São Paulo. Os projetos selecionados também participam da Mostra Virtual de Projetos, concorrendo ao Prêmio Votação Popular Febrace 2015. O público pode conhecer e votar no melhor projeto, até quinta-feira (19/03), pelo site: <http://febrace.org.br/virtual/mapa>

Dos 17 projetos finalistas da Bahia, 12 são da rede estadual, que serão apresentados nas áreas: Biológicas, Exatas e da Terra, Humanas e Engenharias. “A participação dos estudantes na Febrace 2015 proporciona a interação dos nossos jovens com a pluralidade étnica e cultural, não só da Bahia, mas de todo o País”, relatou o coordenador de Estudos e Experimentações Educacionais da Secretaria, Rogério Lima de Jesus.

A estudante Laís Reis (16) participa da feira com o projeto “Elaboração de um Modelo de Telha de Fibrocimento Adaptada para um Sistema de Aquecedor Solar Integrado”, que tem como objetivo agregar os benefícios do uso de fibras naturais na produção de telhas ao sistema de aquecedor solar, para a redução dos custos energéticos de uma habitação.

“Participar da Febrace é um passo muito importante em minha vida. Ver o meu projeto participando de grandes feiras e ganhando prêmios é a realização de um sonho, acredito que não só meu, mas de todos os alunos que se esforçam para desenvolver um projeto”, explica a estudante do 4º ano do curso técnico em meio ambiente, do Centro Territorial de Educação Profissional do Litoral Norte e Agreste Baiano (Ceep), em Alagoinhas.

Os projetos finalistas são: A Matemática visando à sustentabilidade a partir do consumo consciente de energia elétrica; A identidade Camacã na memória coletiva dos camacaenses; Análise dos impactos ambientais do Rio Pojuca, Coração de Maria – Bahia; Aquaponia na escola como atividade inovadora de aprendizagem; Biodigestor portátil: produção e uso de biogás a partir de resíduos domésticos; Caravana Calon: a inserção da cultura cigana nos espaços escolares de Jacobina-BA e região; Degradação de sacolas plásticas a partir de micro-organismos do solo; ECO H2O; Elaboração de um modelo telha de fibrocimento adaptada para um sistema de aquecedor solar integrado; Fortalecimento da identidade negra e quilombola em Antônio Cardoso – Bahia; Robôs com material reciclado: uma alternativa para Iniciação Científica na Educação Básica; Uma forma prática de medir a altura de grandes objetos.

Fonte: Secretaria de Educação da Bahia

### **Matrículas em educação integral apresentam crescimento de 41,2%**

Pelo quinto ano consecutivo, as matrículas em educação integral apresentam crescimento expressivo. O número de alunos que permanecem, pelo menos, sete horas diárias em atividades escolares aumentou 41,2%, passando de 3,1 milhões para 4,4 milhões. Desde 2010,

o contingente de crianças e adolescentes atendidos em tempo integral mais que triplicou. É o que mostra o Censo Escolar da Educação Básica de 2014, divulgado nesta quarta-feira, 11, pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep).

Evolução do número de matrículas na educação básica por modalidade e etapa de ensino - Brasil - 2008/2014

Ano	Matrículas na educação básica por modalidade e etapa de ensino												
	Total Geral	Ensino Regular							Educação de jovens e adultos		Educação especial		
		Educação infantil			Ensino fundamental			Ensino médio	Ed. profissional (concomitante e subsequente)	Fundamental	Médio	Classes especiais e escolas exclusivas	Classes comuns (alunos incluídos)
		Total	Creche	Pré-escola	Total	Anos iniciais	Anos finais						
2008	53.232.868	6.719.261	1.751.736	4.967.525	32.086.700	17.620.439	14.466.261	8.366.100	795.459	3.295.240	1.650.184	319.924	375.775
2010	51.549.889	6.756.698	2.064.653	4.692.045	31.005.341	16.755.708	14.249.633	8.357.675	924.670	2.860.230	1.427.004	218.271	484.332
2012	50.545.050	7.295.512	2.540.791	4.754.721	29.702.498	16.016.030	13.686.468	8.376.852	1.063.655	2.561.013	1.345.864	199.656	620.777
2014	49.771.371	7.855.991	2.891.976	4.964.015	28.459.667	15.699.483	12.760.184	8.300.189	1.374.569	2.284.122	1.308.786	188.047	698.768
<b>Δ% 2008/2014</b>	<b>-6,5</b>	<b>16,9</b>	<b>65,1</b>	<b>-0,1</b>	<b>-11,3</b>	<b>-10,9</b>	<b>-11,8</b>	<b>-0,8</b>	<b>72,8</b>	<b>-30,7</b>	<b>-20,7</b>	<b>-41,2</b>	<b>86,0</b>

Fonte: MEC/Inep/Deed.

Notas: 1) Não inclui matrículas em turmas de atendimento complementar e atendimento educacional especializado (AEE).

2) Ensino médio: inclui matrículas no ensino médio integrado à educação profissional e no ensino médio normal/magistério.

3) Educação especial classes comuns: as matrículas já estão distribuídas nas modalidades de ensino regular e/ou educação de jovens e adultos.

4) Educação de jovens e adultos: inclui matrículas de EJA presencial, semipresencial, EJA presencial de nível fundamental Projovem (Urbano) e EJA integrado à educação profissional de nível fundamental e médio.

O presidente do Inep, Chico Soares, afirmou que o censo aponta, a cada ano, empiricamente, os resultados das políticas públicas. “A expansão da educação integral é fruto do programa Mais Educação, desenvolvido pelo MEC, por meio do qual são transferidos recursos às escolas para manter os alunos em jornada estendida”, disse o presidente.

**Proinfância** – “Outro aspecto positivo comprovado pelo censo é a expansão do atendimento em creches, fruto do Proinfância, programa do MEC que destina a estados e municípios recursos para ampliação e melhoria da oferta”, destacou Chico Soares. São 2,9 milhões de crianças matriculadas, o equivalente a um aumento na oferta de 40% nos últimos quatro anos. O número de escolas que oferecem creche chega a 58,6 mil estabelecimentos.

**Profissional** – A modalidade educação profissional também está evoluindo e já conta com 1,78 milhão de alunos matriculados, uma elevação de 89,2% em relação a 2008. Chico Soares avaliou que um dos fatores que impulsionam a educação profissional de nível médio é o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec).

**Inclusão** – O Censo aponta que 54,8% das escolas brasileiras têm alunos com deficiência incluídos em turmas regulares. Em 2008, esse percentual era de apenas 31%. A evolução está em sintonia com os desafios propostos pelo Plano Nacional de Educação (PNE), que prevê a universalização desse segmento da população de quatro a 17 anos preferencialmente na rede regular de ensino.

Ao todo, o Censo de 2014 registra 49,8 milhões de alunos matriculados na educação básica. No ano anterior, eram 50 milhões. “A queda é fruto do tamanho da população, que diminui a cada ano. É consequência, ainda, de um fenômeno positivo, a melhoria dos indicadores de progressão e, em consequência, a redução da defasagem idade-série. O problema está sendo enfrentado e diminui a cada ano”, observou o presidente do Inep.

O ensino fundamental é a maior etapa de toda educação básica e ultrapassa os 28 milhões de alunos. Destes, 15,7 milhões cursam os anos iniciais e 12,8 milhões os anos finais. Um dos destaques dessa etapa é que praticamente todos os alunos do primeiro ano do ensino fundamental estão na idade adequada para a série.

No ensino médio, o número de matrículas permaneceu estável em quatro anos. A frequência dessa etapa é de 8,3 milhões de alunos, 95,9% desse total em áreas urbanas. As redes estaduais são as que detêm a maior participação, com 84,7% do total de matrículas.

Fonte: Assessoria de Comunicação Social do Inep

### **FNDE promove capacitação sobre alimentação escolar**

O Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) promoveu capacitação, no último dia 11, para técnicos envolvidos com a execução do Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae) nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. O objetivo principal foi esclarecer toda a sistemática de funcionamento do Pnae, desde o recebimento dos

recursos até a oferta de alimentos para os alunos do ensino médio técnico desses institutos.

Participaram gestores de 14 institutos federais. Eles receberam informações sobre qualidade nutricional na alimentação escolar, gestão financeira dos recursos do Pnae e os desafios e perspectivas da compra da agricultura familiar.

Além de apoiar a alimentação escolar nos institutos federais de educação, o Pnae repassa recursos complementares para as redes municipais e estaduais de educação básica. São atendidos pelo programa alunos da educação infantil, ensino fundamental, ensino médio e educação de jovens e adultos, matriculados em escolas públicas, filantrópicas e em entidades comunitárias (conveniadas com o poder público).

O Pnae é uma política pública implantada desde 1955 que vem sendo aprimorada e regulamentada ao longo dos anos, visando contribuir com o crescimento, o desenvolvimento, o aprendizado, o rendimento escolar dos estudantes e a formação de hábitos alimentares saudáveis, por meio da oferta de alimentação escolar e de ações de educação alimentar e nutricional.

Fonte: Assessoria de Comunicação Social do FNDE

## LEIS, DECRETOS, DECISÕES DE TRIBUNAIS

### **Superior Tribunal de Justiça**

#### **Processo**

REsp 1412704 / PE

RECURSO ESPECIAL

Número do Registro: 2013/0352957-0

#### **Relator(a)**

Ministro SÉRGIO KUKINA (1155)

#### **Órgão Julgador**

T1 - PRIMEIRA TURMA

#### **Data do Julgamento**

16/12/2014

**Data da Publicação/Fonte**

DJe 19/12/2014

**Ementa**

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. EDUCAÇÃO. INGRESSO NO PRIMEIRO ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL. CORTE ETÁRIO. RESOLUÇÕES Nº 01/2010 E Nº 06/2010 - CNE/CEB. LEGALIDADE. RECURSO ESPECIAL DA UNIÃO PROVIDO. RECURSO ESPECIAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO PREJUDICADO.

1. As Resoluções nº 01/2010 e nº 06/2010, ambas emanadas da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação (CNE/CEB), ao estabelecerem corte etário para ingresso de crianças na primeira série do ensino fundamental (6 anos completos até 31 de março do correspondente ano letivo), não incorreram em contexto de ilegalidade, encontrando, ao invés, respaldo na conjugada exegese dos arts. 29 e 32 da Lei nº 9.394/96 (LDB).

2. Não é dado ao Judiciário, como pretendido na ação civil pública movida pelo Parquet, substituir-se às autoridades públicas de educação para fixar ou suprimir requisitos para o ingresso de crianças no ensino fundamental, quando os atos normativos de regência não revelem traços de ilegalidade, abusividade ou ilegitimidade.

3. Recurso especial da União provido, restando prejudicado aquele interposto pelo Ministério Público Federal.

**Acórdão**

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros da PRIMEIRA TURMA do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, dar provimento ao recurso especial da União e julgar prejudicado o recurso especial do Ministério Público Federal, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator. Os Srs. Ministros Regina Helena Costa, Marga Tessler (Juíza Federal convocada do TRF 4ª Região) e Napoleão Nunes Maia Filho (Presidente) votaram com o Sr. Ministro Relator. Ausente, justificadamente, o Sr. Ministro Benedito Gonçalves. Assistiu ao julgamento o Dr. LOURENÇO PAIVA GABINA, pela parte RECORRENTE: UNIÃO.

**Referência Legislativa**

LEG:FED LEI:009394 ANO:1996

\*\*\*\*\* LDBE-96 LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL DE 1996 ART:00029 ART:00032

LEG:FED RES:000001 ANO:2010 (CÂMARA DE EDUCAÇÃO BÁSICA DO CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO - CNE/CEB)

LEG:FED RES:000006 ANO:2010 (CÂMARA DE EDUCAÇÃO BÁSICA DO CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO - CNE/CEB)

***Jurisprudência/STJ – Acórdãos***